



O ENFRENTAMENTO DA FOME COM COMIDA DE VERDADE

apoio:
IBIRAPITANGA

INTRODUÇÃO

O **InformaSSAN** é um documento de posição/comunicação do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) sobre as temáticas abordadas nas oficinas celebrativas de 25 anos da entidade. Ao longo de 2023, foram realizadas quatro oficinas, nas quais foram abordados temas e desafios fundamentais para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no cenário nacional e internacional, são elas : **1) O Enfrentamento da fome com comida de verdade; 2) Governança Global na Área de Segurança Alimentar e Nutricional e sua captura corporativa: o que está em Jogo na perspectiva do Brasil?; 3) Comida é patrimônio: territórios do viver, produzir e comer; 4) Rumo À VI CNSAN.** Os InformaSSANs são baseados nas discussões das oficinas e buscam sintetizar o debate a partir de seus pontos principais, de forma a comunicar e se posicionar sobre os assuntos.

A oficina “O Enfrentamento da Fome com Comida de Verdade” foi realizada em julho de 2023, e contou com cerca de 100 participantes. A atividade buscou trazer acúmulos para a agenda de enfrentamento da fome com comida de verdade do FBSSAN, buscando analisar as causas da fome em seu sentido mais estrutural, bem como discutir estratégias de enfrentamento le-

vando em conta também possíveis conflitos de interesse e suas contradições. Além disso, buscou-se entender em que referenciais o governo brasileiro tem se apoiado para a formulação de políticas para a superação da fome. O debate contou com a participação de Renato S. Maluf (CERESAN/FBSSAN), Rosana Salles (UFRJ/Rede Penssan), Luciene Burlandy (UFF/CERESAN) e Luiza Trabuco (MDS), que discutiram os seguintes temas: os determinantes estruturais da fome; Insegurança Alimentar e Desigualdades Raciais e de Gênero; Conflitos de Interesse no enfrentamento da fome; AS iniciativas do governo federal para a superação da fome.

O presente InformaSSAN introduz as principais contribuições trazidas durante a oficina e suas repercussões para a agenda de SAN. Ao final, apresentamos conclusões e pontos importantes para serem aprofundados e que constituem importantes agendas mobilizadoras

1

OS DETERMINANTES ESTRUTURAIS DA FOME

A partir de 2003, foi validada no Brasil a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) que, desde então, passou a ser um indicador aferido, a cada quatro anos, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa foi uma importante conquista porque, primeiro, a EBIA, por ser uma medida de percepção da pessoa entrevistada sobre a condição da família, corresponde mais propriamente à ênfase no acesso aos alimentos, que é o que norteia a nossa compreensão de segurança alimentar e nutricional. Não que as questões de produção não sejam relevantes, mas a entrada principal de aferição da insegurança alimentar se faz pela percepção das restrições que as famílias encontram no seu acesso a uma alimentação adequada e saudável.

Então, a insegurança alimentar, pela EBIA, é medida em três graus, a saber, insegurança leve, moderada e grave. Busca-se, a partir de perguntas da EBIA, captar como está o acesso adequado à alimentação, que faz também o diálogo com o direito humano à alimentação adequada. São perguntas feitas do tipo sim ou não. A insegurança leve reflete a percepção de que o padrão alimentar da família está comprometido no que se refere à qualidade

da alimentação (a família está comendo pior); a moderada é quando há restrição também na quantidade (a família está comendo menos); a insegurança grave indica a presença da fome, isto é, quando ao menos um integrante da família ficou um dia inteiro sem comer ou deixou de fazer uma refeição por falta de alimentos.

Assim, a insegurança alimentar e a fome são tratadas a partir da percepção das famílias, se o seu padrão alimentar habitual está sendo preservado ou não, se ele está comprometido pela qualidade da alimentação (a primeira reação das famílias às restrições é reduzir a qualidade dos alimentos que consomem), se pela quantidade (come menos do que comeria se tivesse o alimento) e, por fim, a situação mais grave que é alguém da família conviver com a fome.





A fome em qualquer dimensão é inaceitável, mas um país como o Brasil, ter um número espantoso de 33 milhões de pessoas que convivem com a fome, como apontado no Inquérito VIGISAN/PENSSAN para 2022, é mais do que inaceitável, é assustador. A análise retrospectiva desenvolvida pela Rede PENSSAN e pelo FBSSAN constatou a ocorrência de um ciclo virtuoso entre 2003 e 2014, em que a insegurança alimentar foi sendo reduzida ano após ano e se dizia que o Brasil havia saído do Mapa da Fome calculado pela FAO. Em 2017-2018 tem início a reversão desse ciclo, com o país retrocedendo em apenas cinco anos à condição de 15 anos atrás (2003). O agravamento progressivo resultou na assustadora condição identificada em 2022 pelo inquérito VIGISAN.

Quando se diz que estão nas restrições no acesso aos alimentos as principais causas da fome, olha-se para dois determinantes principais que são o emprego e a renda. E são esses, justamente, que começaram a ficar comprometidos já em 2015 e 2016 quando começa a se dar a virada, a reversão da tendência de redução da fome. Desemprego crescente, comprometimento da renda, especialmente pela interrupção da valorização do salário mínimo, o ataque a direitos sociais e a precarização do mundo do trabalho são causas essenciais.

Ninguém duvida da relevância do Bolsa Família e da importância dele como instrumento de promoção do acesso aos alimentos, entre outros objetivos. Mas nem de longe o Bolsa Família seria capaz sozinho de responder ao que se conseguiu até 2014. Foram fundamentais, ao lado do Bolsa, a retomada do emprego formal e a recuperação do valor do salário-mínimo que, como se sabe, incide também nos pagamentos da previdência social e nos benefícios da seguridade social, além de o salário mínimo funcionar como uma espécie de farol que repercute sobre várias outras remunerações. Houve também um avanço nos direitos sociais, inclusive, em alguns casos bastante representativos, como os direitos sociais para as empregadas domésticas.

A partir de 2016, observam-se a ocorrência de ataques progressivos aos direitos sociais. Faz parte desse quadro o enorme crescimento do trabalho chamado de informal, categoria criada por economistas que não tem cheiro, nem cor, nem nada. Parece até que as pessoas optam por ser informal, como se fosse uma escolha pela liberdade. “Eu não gosto de patrão, eu quero, eu mesmo, ter meu negócio”. Mas, de fato, não é assim. O dito trabalho informal abarca um contingente amplo e diverso de ocupações fruto do processo de precarização do mundo do trabalho, isto é, trata-se de trabalho temporário, incerto, com baixa remuneração e sem direitos sociais. O papel desta condição na condição de insegurança alimentar foi captado pelos inquéritos VIGISAN realizados com a EBIA, junto com a questão do gênero, raça/cor e escolaridade do chefe da família, além do nível de renda. Esse caminho reforça a necessidade de se trabalhar a ótica da interseccionalidade na determinação da fome.

O Vigisan mostrou que a chefia feminina no domicílio está relacionada à insegurança alimentar grave acima da média, assim como a chefia por pessoas da cor preta ou parda. A junção dos dois fatores, no caso das mulheres de cor preta ou parda, constitui agravante evidente, implicando abordar conjuntamente gênero e raça. Aproximadamente uma em cada cinco famílias chefiadas por uma mulher autodeclarada com a cor da pele preta ou parda sofre com a fome, o dobro comparado com as pessoas brancas. Da mesma forma, quando se olha as famílias com menor escolaridade, os lares chefiados pelas mulheres acabam apresentando mais InSAN grave, principalmente, em se tratando de mulher preta. Os homens com menor escolaridade também apresentam um pouco mais de InSAN grave, porém menor quando comparado com os lares chefiados por mulheres. Quando se observa a questão do emprego, chama a atenção novamente que 20% das mulheres negras chefes de família empregadas estavam em InSAN grave, contra 12% dos homens negros.

Se faz necessário, então, lançar um olhar especial para as especificidades dos lares chefiados por mulheres, principalmente negras. Este debate é relevante neste momento de retomada do acompanhamento das famílias cadastradas no Bolsa Família e sua articulação com as demais políticas sociais.

Por outro lado, das famílias mais vulneráveis, aquelas famílias localizadas no meio rural, têm um indicador de vulnerabilidade superior à média. Qual o paradoxo disto? O paradoxo é que famílias rurais que deveriam, em princípio, serem capazes de produzir, ao menos, o alimento que consomem, se sentem

mais inseguras do que a média. O que isso mostra? Isso comprova algo que a literatura no Brasil já consagrou há muito tempo. Está no acesso à terra um dos fatores determinantes das desigualdades sociais no Brasil. Isso é da história brasileira, da formação da nossa sociedade.

Entramos, então, naquilo que está subjacente a tudo isso, que são as desigualdades e iniquidades sociais, marca da sociedade brasileira, da formação da nossa sociedade. Isso não é pouca coisa, isso não é detalhe. E nos referimos às desigualdades no plural, porque elas são de vários tipos. Os economistas, costumeiramente falam de desigualdade de renda, sem dúvida uma expressão forte da desigualdade. Mas nós sabemos que a desigualdade monetária não conta toda a história, ainda que ela seja um fator fundamental. Então estão aí as várias desigualdades que hoje vêm sendo, felizmente, mais valorizadas: Desigualdade de gênero, desigualdade de raça, cor, desigualdade socioespacial por local de moradia, entre outras. Ocorre que um dos principais fatores geradores de desigualdades e iniquidades no Brasil são, justamente, os sistemas alimentares dominantes ou as dinâmicas sistêmicas associadas à produção, distribuição e acesso aos alimentos.

O sistema alimentar, como ele é organizado no seu modelo hegemônico, está assentado em cima da agricultura de larga escala e monocultora que reproduz talvez a característica mais antiga, mais permanente da formação social brasileira que é a grande agricultura, em particular, voltada para a exportação. Não que os coronéis do passado sejam iguais aos proprietários de terra

do presente, mas do ponto de vista da formação social são bastante próximos os papéis de ambos. Nesta direção, veja-se o que aconteceu com a indústria de alimentos, como ela se concentrou e segue se concentrando. Igualmente, o varejo de alimentos de pequeno porte, atividade que costuma ser um importante indicador de equidade social, houve no Brasil, desde 1970, uma atuação deliberada do Estado de apoio à expansão do grande varejo. O grande varejo na forma das redes de supermercados é talvez uma das atividades que mais tem se concentrado ao longo do tempo.

Então, os modos como os sistemas alimentares se organizam no Brasil são fonte geradora de desigualdades e iniquidades, constituindo portanto um campo temático duplamente mobilizado ao reunir fome e desigualdade social, comprovando não serem essas mazelas fatalidades. A fome nunca foi fruto de qualquer fatalidade. Temos no Brasil uma antiga trajetória de politização da fome iniciada por Josué de Castro e que foi retomada desde fins dos anos 1980. O FBSSAN foi um dos polos da construção dessa concepção, da construção de um campo político em torno da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada, com uma visão contra-hegemônica que busca olhar os sistemas alimentares como um todo. O que quer dizer politizar a fome? Significa dizer que a fome tem causas identificáveis e possíveis de serem enfrentadas.

Contudo, é preciso dimensionar o que é enfrentar a fome utilizando-se, de um lado, referenciais que combatam suas causas estruturais e, por outro lado, analisar e dimensionar possíveis contradições em políticas que se propõem a enfrentar a fome a partir de referenciais ou atores que são causadores desta. Assim, é fundamental uma análise e repercussões sobre os conflitos de interesse no enfrentamento da fome.



2

OS CONFLITOS DE INTERESSE E O CAMPO DE SAN

A ideia de conflitos de interesse pode assumir significados distintos, se considerarmos como o termo aparece nas legislações que orientam as práticas do setor público, ou na literatura especializada ou no senso comum. Por vezes, as abordagens destacam principalmente os interesses comerciais e financeiros que podem ser conflitantes em uma dada situação, em outros contextos considera-se o conflito entre interesses públicos e privados de uma forma mais geral. Assim, pode-se pensar na atuação, no caso de governos, dos próprios funcionários públicos, da gestão pública, em situações de conflito entre interesses que seriam públicos e interesses privados. Há também a ideia de interesses primários e secundários. Nesse sentido, os interesses comerciais, por exemplo, são os interesses primários de instituições do setor privado comercial como no caso das indústrias de alimentos, bebidas, insumos e sementes. No entanto, os interesses primários de uma instituição pública referem-se à garantia de direitos públicos e não aos interesses comerciais. Quando se configura uma situação de conflito de interesses, os interesses comerciais de lucro, por exemplo, podem se sobrepor aos interesses públicos.

O conflito e as disputas de interesses fazem parte de qualquer processo político, mas o conceito específico de Conflitos de Interesses (CDI), que vem fundamentando legislações governamentais e também estudos acadêmicos em âmbito internacional e nacional, refere-se à *situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que pode comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.*

Atualmente, um importante debate tem sido desenvolvido em relação a possíveis impactos desses interesses comerciais nos propósitos fundamentais de instituições e políticas públicas, bem como de organizações não governamentais ou instituições de pesquisa e ensino. No caso da pesquisa, um dos principais questionamentos se dá em situações em que o estudo é financiado pelo setor privado comercial que tem um interesse direto nos resultados sobre o seu produto. Há estudos que apontam, inclusive, que houve mudanças na metodologia, na forma de apresentar resultados ou no desenho da investigação em algumas pesquisas financiadas pelo setor privado, em função dos interesses dos financiadores.

Nesse caso, o interesse comercial, que é o financiamento, fere a legitimidade da pesquisa realizada, do pesquisador, das instituições acadêmicas e da própria prática de pesquisa em si.



Os interesses corporativos mobilizam a ação política privada destinada a acumular recursos públicos e ganhos políticos. Há diferentes estratégias adotadas pelo setor privado comercial visando afetar as políticas e os processos públicos, ou mesmo influenciar a opinião pública, em prol de seus interesses. Uma das principais estratégias é a busca por gerenciar a coalizão política, isto é, estabelecer relações com a sociedade, com líderes políticos, com organizações da própria sociedade civil, de forma a favorecer os interesses comerciais. A filantropia corporativa é um dos principais instrumentos para esse fim, de modo que o setor privado e comercial busca se colocar como um ator relevante para reduzir os problemas da sociedade, como erradicar

a fome. Outras estratégias utilizadas são a gestão da informação, o apoio a eventos, a crítica a evidências de pesquisa, ou mesmo, lobby e cooptação de funcionários, participação em grupos de trabalho de política pública, grupos consultivos que vão afetar o processo decisório, até ações judiciais e estratégias discursivas.

Ao olharmos para a experiência brasileira de construção do campo de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), observamos uma concepção específica do que seria SAN e Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). A compreensão sobre esses temas vem sendo consolidada com base em valores e lutas de organizações da sociedade civil voltadas para transformar os modos de produzir, comercializar e consumir os alimentos, reduzir as desigualdades existentes e garantir o acesso universal à alimentação saudável e adequada e a “comida de verdade”. Assim, as políticas de SAN indicam como objetivos públicos, por exemplo, a redução do consumo de ultraprocessados como um objetivo fundamental para a redução das próprias desigualdades, dos problemas sociais, ambientais e das questões relacionadas com a saúde, com as doenças crônicas não transmissíveis, obesidade, insegurança alimentar e fome. Portanto, esses objetivos de políticas públicas fundamentam-se em ideias antagônicas aos objetivos primários do setor privado comercial, quais sejam, ampliar a comercialização de produtos ultraprocessados. Contudo, há setores de governo e da sociedade civil que se articulam com esse segmento do setor privado comercial, seja por ganhos políticos ou outros tipos de interesses (que nem sempre são comerciais). Essas

alianças favorecem que o setor privado comercial penetre nas próprias organizações e instituições governamentais, bem como no âmbito da sociedade civil e reforçam as desigualdades, injustiças, problemas sociais, ambientais e de saúde.

Nesse sentido, podemos considerar a questão dos Conflitos de Interesse no âmbito das estratégias de combate à fome. A fome é uma prática socialmente construída, e cuja solução não se limita ao aspecto do consumo, mas exige transformações radicais nas maneiras de produzir, comercializar e consumir os alimentos, principalmente no sentido de reduzir desigualdades. Desse modo, a incorporação de interesses comerciais na agenda pública favoreceu o fortalecimento das assimetrias de poder nos Sistemas Alimentares. Práticas que contribuíram para configuração de desigualdades, desde os processos de produção até o consumo alimentar, se estabeleceram por meio da concentração de poder político e econômico nas transnacionais de alimentos, sementes e agrotóxicos.. Portanto, algumas soluções, como as que amplificam o consumo de ultraprocessados, fortalecem práticas de produção, comercialização e consumo que estão associadas ao modelo agroindustrial, e que vem sistematicamente sendo associadas com problemas sociais, ambientais, de saúde e nutrição e com as iniquidades e injustiças, **não são soluções do ponto de vista da SAN e do DHAA**. Se pensamos em soluções que podem aliviar situações críticas atuais, mas intensificar e fortalecer os determinantes sistêmicos das desigualdades e dos problemas sociais e de saúde, a questão que deve ser considerada é: trata-se de fato de uma solução? Solução para quem?

Para além da influência na agenda governamental, os interesses comerciais também buscam se inserir na sociedade civil. Assim algumas ONGs e movimentos sociais vem propondo que a questão da fome seja enfrentada com base em práticas que são antagônicas aos princípios e valores que o campo político da SAN e do DHAA consolidou no Brasil, como a distribuição de ultraprocessados. Em médio e longo prazos, essas ações vulnerabilizam ainda mais os segmentos atingidos pela fome e pelos problemas relacionados com os modos de produzir, comercializar e consumir os alimentos. Então, ficam à mercê da ação de outras instituições públicas, privadas e da própria sociedade civil. Assim, aos segmentos mais afetados por problemas sociais, ambientais e de saúde decorrentes dessas práticas são apresentadas soluções que fortalecem ainda mais as assimetrias de poder. Essas assimetrias são o elemento estruturante das próprias desigualdades e dos principais problemas que afetam os Sistemas Alimentares Agro industriais contemporâneos.

3

O PLANO BRASIL SEM FOME E OS DESAFIOS DO GOVERNO FEDERAL

A retomada das políticas de SAN no Brasil em 2023 se coloca frente aos enormes desafios relatados anteriormente. Assim, é preciso não só medidas emergenciais, mas também a reprodução da fome e das desigualdades. Em sua fala, Luiza Trabuco, do Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome (MDS), destacou a perspectiva de afirmar a alimentação como um direito, isto é, enfrentar fome com alimentação adequada e saudável, da produção ao consumo, olhando para as desigualdades sociais que se expressam nos dados de fome, e também para o impacto das mudanças climáticas e das transformações dos sistemas alimentares. Outros referenciais importantes nas ações do governo são de fortalecer a democracia, retomar a relação com os estados, com os municípios e principalmente fortalecer o protagonismo da sociedade civil no enfrentamento à fome.

A principal iniciativa a partir desses referenciais é o Plano Brasil sem Fome, que articula um conjunto de políticas públicas federais, retoma programas, e ações como a valorização do salário mínimo, o reajuste do PNAE, a ampliação dos investimentos do PAA, um conjunto de coisas que já estão em

curso, mas também algumas novas soluções. O público prioritário do plano é sobretudo as mulheres pretas, os domicílios chefiados por mulheres, os povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, a população em situação de rua, migrantes e refugiados, desempregados e as pessoas inseridas em trabalhos em situação de informalidade.

Um importante objetivo do Plano é gerar uma percepção da sociedade brasileira sobre a importância do SISAN, como é com o SUS, e o SUAS, de forma que tenha uma trajetória mais sustentável em relação à erradicação da fome no Brasil. O plano se estrutura em três eixos principais. O primeiro aborda os determinantes estruturais da fome, aposta na identificação das pessoas que estão em situação de insegurança alimentar para serem cobertas pela rede de proteção social, através do SUS, do SUAS, do SISAN, e do sistema de educação e também viabilizar o acesso dessas pessoas ao trabalho e à renda. Assim, cadastros sociais e programas com o novo Bolsa Família visam garantir que, junto à transferência de renda, as pessoas tenham acesso à educação e à cobertura dos serviços de saúde, para que tenham melhores

condições que vão impactar posteriormente na renda e no acesso ao trabalho, e também a valorização do salário mínimo e a redução da fila do Benefício de Prestação Continuada.

O segundo eixo busca garantir a alimentação saudável com a retomada e a ampliação da cobertura de programas de fortalecimento da agricultura familiar, de promoção da transição agroecológica, de promoção da alimentação saudável através da divulgação do guia alimentar da população brasileira e, sobretudo, de estabelecer o guia como um grande referencial de todas essas políticas da produção ao consumo. A terra e o território são prioridades desse eixo, com a retomada do programa de reforma agrária, a regularização de territórios, a titulação de territórios quilombolas e a desintração de territórios indígenas.

O terceiro eixo aborda a mobilização social em torno da agenda de SAN, e há a expectativa de que a gente possa instituir os fóruns de pactuação do SISAN também para metas e ações conjuntas nessa direção, assim como utilizar o processo da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e processos de comunicação e mobilizações mais amplas para que a gente tenha um debate na sociedade brasileira sobre o enfrentamento da fome numa perspectiva de educação cidadã, de educação pelos direitos.



CONCLUSÃO

A insegurança alimentar no Brasil revela uma realidade complexa, onde fatores estruturais como desigualdade de gênero, raça, cor e acesso à terra desempenham papéis cruciais. A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) oferece uma visão detalhada das condições das famílias, destacando a percepção subjetiva de acesso aos alimentos como um indicador central. No entanto, a recente reversão do ciclo virtuoso de redução da fome levanta sérias preocupações sobre o futuro. A ascensão do trabalho informal, a precarização do emprego e a diminuição do valor do salário mínimo emergem como alguns dos fatores determinantes desse cenário preocupante.

A forma como os sistemas alimentares são estruturados no Brasil contribui para a criação de desigualdades e injustiças, tornando-se assim um tema de importância crucial, pois une a questão da fome à desigualdade social. Isso demonstra que esses problemas não são simplesmente fatalidades inevitáveis.

A fome nunca foi resultado do acaso. No Brasil, existe uma longa história de politização da fome, que começou com Josué de Castro e foi retomada no final dos anos 1980. O FBSSAN desempenhou um papel fundamental na construção dessa visão, estabelecendo um campo político em torno da soberania e segurança alimentar e nutricional, bem como do direito humano à alimentação adequada. Essa abordagem tem uma visão contrária à dominante e procura entender os sistemas alimentares em sua totalidade. Politizar a fome significa reconhecer que ela tem causas identificáveis e enfrentáveis. No entanto, é crucial compreender o que significa enfrentar a fome, utilizando referências que abordem suas causas estruturais, ao mesmo tempo em que se analisam possíveis contradições em políticas que buscam combatê-la a partir de referências ou atores que, na verdade, contribuem para sua existência.

Os conflitos de interesse, tanto no âmbito público quanto privado, representam um desafio adicional. A influência do setor privado comercial nas políticas públicas pode distorcer objetivos fundamentais, como garantir uma alimentação adequada e saudável para todos. Além disso, a pressão por soluções rápidas e superficiais pode intensificar as desigualdades estruturais. A inclusão de interesses comerciais na pauta pública tem na verdade contribuído para reforçar as disparidades de poder nos Sistemas Alimentares. Essas práticas, que vão desde os processos de produção até o consumo dos alimentos, foram estabelecidas devido à concentração de poder político e econômico nas grandes empresas transnacionais de alimentos, sementes e agrotóxicos. Assim, algumas propostas, como

aquelas que promovem o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, acabam fortalecendo modelos de produção, comercialização e consumo associados ao sistema agroindustrial. Esses modelos têm sido consistentemente ligados a problemas sociais, ambientais, de saúde e nutrição, bem como a desigualdades e injustiças, e, portanto, não são soluções compatíveis com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Diante desses desafios, o Plano Brasil Sem Fome emerge como uma iniciativa crucial. Ao abordar os determinantes estruturais da fome, promover a alimentação saudável e mobilizar a sociedade, o plano oferece uma abordagem abrangente e sustentável para enfrentar a crise alimentar. No entanto, seu sucesso dependerá não apenas da implementação efetiva, mas também do compromisso contínuo com a justiça social e a equidade. A construção de um futuro sem fome requer não apenas medidas emergenciais, mas também uma transformação profunda nos sistemas alimentares e nas estruturas sociais que os sustentam.

Edição: Kaio Rodrigues (FBSSAN), Julian Pérez (FBSSAN), Renato Maluf (FBSSAN) Luciene Burlandy (CERESAN-UFF)

Mediação da Oficina: Rosa Alvarenga (FBSSAN)

Falas Inspiradoras: Renato Maluf (FBSSAN), Rosana Salles (Rede Penssan), Luiza Trabuco (MDS), Luciene Burlandy (CERESAN-UFF), Kota Mulangi (FBSSAN) e Vanessa Schottz (FBSSAN)

Projeto Gráfico e diagramação: DeLourenco